

Resenha

“As decaídas”: prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)

Silvia Maria Fávero Arend¹

silvia@newsite.com.br

PEREIRA, I. 2004. “*As decaídas*”: *prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)*. Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 139 p.

Ivonete Pereira na obra intitulada, *As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900 - 1940)*, discute a temática da prostituição feminina que, com certa frequência, é abordada na teledramaturgia nacional e no cinema norte-americano contemporâneo de forma despolitizada, ahistórica, romântica e, muitas vezes, com glamour. A historiadora envereda por outros caminhos demonstrando que tais práticas na cidade de Florianópolis, nas primeiras décadas quatro décadas do século XX, estavam associadas, por um lado, a discursos veiculados pelas elites que propalavam sobretudo a exclusão social dessas mulheres, e de outro, apresentavam-se como uma atividade laboral que garantia a sobrevivência dessas pessoas pobres.

O tema da prostituição feminina está inserido em três movimentos presentes na historiografia brasileira produzida a partir dos anos de 1980: a emergência da história das mulheres e, posteriormente, dos estudos das relações de gênero; a transformação das camadas populares urbanas em sujeitos; e a análise do processo de modernização das cidades brasileiras de médio e grande portes ocorrido no início do século XX. Para abarcar esses diferentes fenômenos, inclusive de ordem teórico-metodológica, a autora cercou-se de uma grande quantidade de fontes documentais escritas emitidas no período. Destacam-se as notícias veiculadas na imprensa, as correspondências administrativas dos chefes de polícia, das autoridades sanitárias e dos governadores, o código de posturas municipal de 1888, os recenseamentos, os tratados redigidos por médicos e os processos penais da Comarca de Florianópolis. Visando ainda cobrir os “silêncios” da referida documentação foram realizadas duas entrevistas. A primeira com um cliente das pensões onde as prostitutas trabalhavam e, a segunda, com o primeiro médico urologista que atuou na cidade.

¹ Doutora em História/UFRGS. Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, SC, Brasil.

No primeiro capítulo, denominado “Os odores da imoralidade”, a autora centra a sua atenção no processo de modernização burguesa implementado pelas elites na cidade de Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX. Esse movimento, pautado no discurso Médico-Higienista, envolvia aspectos relativos à introdução da infra-estrutura urbana (habitações com água encanada, luz elétrica, sistema de esgotos, etc), à saúde pública (fiscalização das padarias, açougues e outros estabelecimentos pelos Inspetores de Higiene) e ao mundo da moral (combate aos jogos de azar, aos bailes, as serestas e aos espetáculos teatrais). Nesse cenário reformista que colocou em cena, com maior ênfase, as práticas da então chamada “arraia miúda”, as prostitutas tornaram-se personagens de grande destaque.

De acordo com Ivonete Pereira, diferente de outras localidades, especialmente do Rio de Janeiro, as autoridades florianopolitanas apregoavam duas estratégias distintas para o combate da prostituição feminina entre 1900 e 1940. Uma parcela dos médicos e políticos defendiam a “higienização das meretrizes”, ou seja, as atividades dessas mulheres pobres deveriam ser regulamentadas pelo Estado e exercidas somente em locais específicos da cidade. Os arautos da “função social” da prostituição argumentavam que a libido masculina, sobretudo dos jovens, precisava ser extravasada, mas não com as “moças de família”. Vale lembrar que a iniciação sexual dos homens das camadas sociais mais abastadas da sociedade na época se dava em muitos casos nos prostíbulos. As demais autoridades defendiam a denominada recuperação moral das “decaídas”. Segundo o que noticiava freqüentemente a imprensa do período, a “regeneração” dessas trabalhadoras poderia ocorrer em asilos como os que existiam em outros Estados da federação ou então em outros países. O que estava em jogo na perspectiva da “limpeza social”, bem como na da “regeneração” era a implementação da norma familiar burguesa. Nesse arranjo de família, a representação social hegemônica do feminino - a de esposa, a de mãe e a de dona de casa - estava associada no plano da sexualidade à monogamia, à heterossexualidade e ao universo do doméstico. Na primeira perspectiva a introdução da norma ficaria restrita às camadas médias, enquanto que na segunda seria estendida também para os grupos populares urbanos.

No capítulo seguinte a historiadora procura demonstrar como o discurso médico veiculado pelas elites acerca da sífilis foi fundamental para o efetivo controle social da prostituição feminina em Florianópolis no período. As autoridades inicialmente associaram a figura da prostituta à sífilis e, em seguida, transformaram esse “encontro” em um problema de saúde pública. Esse discurso, divulgado sobretudo na imprensa, era composto dos seguintes argumentos: através de seu labor essas

mulheres pobres infectavam outras pessoas especialmente os pais provenientes das camadas médias; as prostitutas ao embriagarem-se anulavam os efeitos dos medicamentos permanecendo com a doença em seus corpos; e por fim, poderiam com o avançar da patologia tornarem-se “loucas”. Reportando-se aos ensinamentos de Michel Foucault sobre o bio-poder a autora chama atenção para a forma imprecisa de tratamento dos dados estatísticos realizada pelas autoridades sanitárias em relação à sífilis e à tuberculose. Entre 1936 e 1938, por exemplo, foram detectados no estado de Santa Catarina 25 casos de sífilis e 204 de tuberculose. Apesar da incidência da tuberculose ser muito superior a da sífilis, essa última patologia foi avaliada em termos de periculosidade da mesma forma que a outra doença. Tais evidências justificaram a criação no Departamento de Saúde Pública (DASP) de um “serviço de profilaxia de sífilis e de outras moléstias venéreas” (p. 77).

Além dessa iniciativa no plano das políticas públicas, os governantes procuraram “regulamentar o meretrício”. As prostitutas eram então obrigadas, de tempos em tempos, a comparecer ao DASP com suas carteiras de saúde para a realização de exames médicos. Caso não cumprissem tal determinação do poder público os policiais entravam em ação obrigando-as a essa inspeção. Vale observar ainda que a partir da década de 1920, especialmente após a inauguração da ponte Hercílio Luz, de forma paulatina essas trabalhadoras passaram a exercer as suas atividades somente em determinados locais da urbe. Verifica-se assim que o discurso da “limpeza social” tornara-se uma realidade.

No último capítulo, intitulado “Mulheres em trânsito: o inverso de uma imagem”, a pesquisadora aborda o cotidiano de algumas dessas mulheres pobres que labutavam como prostitutas na época. Essa narrativa foi elaborada a partir dos dados presentes nos processos penais. Tal fato demonstra o quão importante são essas fontes documentais no processo de investigação da História dos grupos populares urbanos. As “tramas” registradas nos autos mostram que as relações sociais vivenciadas por essas pessoas no dia-a-dia eram extremamente dinâmicas. Essa constatação levou a autora a relativizar a eficácia do “projeto civilizador” enunciado nos capítulos progressos no que tange aos pobres da cidade. As prostitutas, por exemplo, para burlar a vigilância das autoridades mudavam de endereço com freqüência.

As Marias, Etelvinas e Helenas trabalhavam em pensões espalhadas pela cidade tais como o “sobrado da Mariquinha” ou a “pensão da Elisa”. Essas mulheres brancas ou negras possuíam em média 20 anos e eram agenciadas por cafetinas. As cafetinas em geral eram mulheres mais velhas que haviam abandonado a profissão.

A pesquisadora, a partir de dois casos - o da esposa abandonada pelo marido e de um pai alcoólatra que não conseguia sustentar a prole -, sugere que as condições de pobreza levavam essas pessoas a ingressarem nesse ramo profissional e que a renda advinda desse labor era de fundamental importância para a sobrevivência das mesmas. As histórias presentes nos autos revelam ainda que essas mulheres circulavam livremente pelos bares e restaurantes da urbe com seus amigos e amásios.

A historiadora apresenta para o leitor, principalmente no segundo capítulo, os embates existentes no interior do discurso médico nas primeiras décadas do século XX em relação às doenças sexualmente transmissíveis (sífilis, gonorréia, etc). Esses embates, que envolviam desde a prescrição determinados medicamentos até a adoção de novas práticas pelos homens e mulheres, contribuíram sobremaneira para a construção de uma representação social de doença no campo da sexualidade ainda presente nos dias de hoje. Por exemplo, quando eclodiu no país, nos anos de 1980, o considerado problema da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) inicialmente observou-se um quadro muito semelhante ao que se passara naquelas décadas pregressas, uma vez que a doença foi também associada a comportamentos de determinados grupos sociais tais como os homossexuais masculinos e os profissionais do sexo. Ao abordar então o discurso médico não sob um prisma monolítico o estudo de Ivonete Pereira subsidia a História da medicina no Brasil e em Santa Catarina.

A obra é uma contribuição para os estudos referentes à História das mulheres provenientes dos grupos populares urbanos. A autora “dialoga” com uma certa abordagem essencialista presente na historiografia relativa às relações de trabalho femininas. Nessa perspectiva, edificada a partir das representações sociais da norma familiar burguesa vigente no senso comum e de um certo discurso Feminista ahistórico, a mulher teria “desde sempre” desempenhado no Brasil somente as funções de dona-de-casa. Narrativas históricas, como a de Ivonete Pereira, demonstram que as mulheres pobres na cidade labutavam no considerado espaço público para sustentarem a si mesmas, sua prole e, muitas vezes, seus esposos, amásios ou parentes. Essa visão é semelhante à proposta por pesquisadores tais como: Sidney Chalhoub (2001), Raquel Soihet (1989) ou Joana Maria Pedro (1994). Por fim é importante observar também que autora não descreve o trabalho das prostitutas no dia-a-dia sob um olhar *glamuroso* ou então sob a ótica inversa, a da vitimização dos pobres ou das mulheres. Verifica-se na interpretação da historiadora que esta realizou a

difícil tarefa de “apreender” o *ethos* dos grupos populares urbanos, entre 1900 e 1940, em relação à temática. Os pesquisadores que estudam as experiências dessas pessoas no passado certamente concordariam comigo.

Após sete décadas, o tema da prostituição feminina continua na ordem do dia no Brasil, seja porque o país “exporta” essas profissionais para a Europa e a América do Norte; ou porque o país atualmente constitui-se em uma das principais rotas do “turismo sexual”³; ou ainda porque, apesar das ações do Estado, meninas pobres oriundas do mundo rural e urbano ingressam nessa atividade que lhes rouba a oportunidade de ascensão social via escolarização.

Referências

- CHALHOUB, S. 2001. *Trabalho, lar & botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, Editora da UNICAMP, 367 p.
- SOIHET, R. 1989. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres ordem urbana. 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 394 p.
- PEDRO, J.M. 1994. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 210 p.

³ Para uma discussão da temática da prostituição feminina no Brasil na década de 1990 ver o seguinte periódico: Cadernos Pagu: gênero no mercado do sexo, Campinas, n.25, jul./dez, 2005.